

ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 15-8-2022.

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Bruna Rodrigues, Celso Cirino, Claudio Janta, Gilson Padeiro, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 333/22 (Processo nº 0656/22), de autoria de Cláudia Araújo. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Vinicius Cardoso Pasqualin, conselheiro do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, para pronunciamento acerca dos 60 anos da psicologia no Brasil. Compuseram a Mesa Idenir Cecchim, presidindo os trabalhos, e Ana Luiza de Souza Castro, Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Jonas Reis, Leonel Radde, Psicóloga Tanise Sabino e Daiana Santos manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Psicóloga Tanise Sabino. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e quatro minutos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 209.00144/2022-43, por meio do qual Daiana Santos informa sua participação, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, nos dias nove e dez de agosto do corrente, em reunião com a vereadora Bruna Gubiani - Mulheres na Política, em Ijuí - RS. Foi aprovado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia quinze ao dia dezessete de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, o suplente Celso Cirino, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Mauro Pinheiro, Líder da Bancada do PL, informando os impedimentos dos suplentes Nereu D'Ávila, Soraia Maria Rosso Saloum e Volnei da Silva Alves em exercerem a vereança do dia quinze ao dia dezessete de agosto do corrente. A seguir, Celso Cirino pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Leonel Radde. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Karen Santos, Aldacir Oliboni e Leonel Radde. Às quinze horas e trinta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a

ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, incluindo-se na priorização o Projeto de Lei do Legislativo nº 211/22 (Processo nº 0394/22). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Celso Cirino, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 217/17 (Processo nº 1885/17). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 525/21 (Processo nº 1195/21). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 211/22 (Processo nº 0394/22), por trinta e um votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Bosco Vaz, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, apreciando-se imediatamente o Projeto de Lei do Legislativo nº 115/20 (Processo nº 0294/20). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 115/20 (Processo nº 0294/20), por trinta votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/22 (Processo nº 0267/22), por vinte e três votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, retirando-se de priorização o Projeto de Lei do Legislativo nº 443/21 (Processo nº 1042/21). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 237/21 (Processo nº 0610/21). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 237/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 237/21. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21 (Processo nº 1369/21), após ser discutido por Roberto Robaina,

Laura Sito, Matheus Gomes e Karen Santos e encaminhado à votação por Mari Pimentel. Foi apregoado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando votação em destaque para a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21, bem como para a Subemenda nº 01 aposta a essa mensagem retificativa. Foi votada destacadamente e aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21, por vinte e um votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21, por vinte e um votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Laura Sito, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Giovane Byl votar favoravelmente à Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21. A Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21 foi declarada prejudicada. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 036/21, por vinte e dois votos SIM e onze votos NÃO, em verificação nominal de votação simbólica solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/22 (Processo nº 0064/22). Foi rejeitado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21 (Processo nº 1049/21), por dez votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas,

Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Bruna Rodrigues e Alexandre Bobadra, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Os trabalhos estiveram suspensos das dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos às dezessete horas. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21 (Processo nº 1049/21), o qual, após ser discutido por Laura Sito, Pedro Ruas, Airto Ferronato, Leonel Radde e Aldacir Oliboni, teve sua discussão suspensa em face do encerramento da Sessão. Às dezessete horas e quarenta e três minutos, conforme deliberação do Colégio de Líderes, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Mônica Leal e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo aos 60 anos da psicologia no Brasil. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Ana Luiza de Souza Castro e o Sr. Vinicius Cardoso Pasqualin, presidente e conselheiro, respectivamente, do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Sr. Vinicius Cardoso Pasqualin, conselheiro, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. VINICIUS CARDOSO PASQUALIN: Boa tarde; sou conselheiro do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, estou aqui representando os meus colegas de gestão, da gestão Frente em Defesa da Psicologia. O nome dado a essa gestão foi pelo fato de termos defendido a psicologia cada vez mais, atacados diretamente, os conselhos, durante esses três anos de gestão – não é, Ana? Foram-me encomendadas várias coisas, várias falas, estando aqui representando os meus colegas e as minhas colegas.

Eu queria começar, então, falando uma pequena parte da música de Elza Soares: “Estou vivendo como um mero mortal profissional/ Percebendo que às vezes

não dá pra ser didático/ Tendo que quebrar o tabu e os costumes frágeis das crenças limitantes/ Mesmo pisando firme em chão de giz/ De dentro pra fora da escola é fácil aderir a uma ética e uma ótica/ Presa em uma enciclopédia de ilusões bem selecionadas/ E contadas só por quem vence/ Pois acredito que até o próprio Cristo era/ Um pouco mais crítico em relação a tudo isso/ E o que as crianças estão pensando?/ Quais são os recados que as baleias têm para dar a nós/ Seres humanos, antes que o mar vire uma gosma?/ Cuide bem do seu Tcheru/ Na aula de hoje veremos Exu/ Voando em tsuru/ Entre a boca de quem assopra e o nariz de quem recebe o tsunu/ As escolas se transformaram em centros ecumênicos/ Exu te ama e ele também está com fome/ Porque as merendas foram desviadas novamente/ Num país laico/ Temos a imagem de César na cédula e um ‘Deus seja louvado’/ As bancadas e os lacaios do Estado/ Se Jesus Cristo tivesse morrido nos dias de hoje com ética / Em toda casa, ao invés de uma cruz, teria uma cadeira elétrica”.

Mais importante que nascer é renascer. A vida é um processo de demolição, como diz o nosso filósofo Deleuze. Tentando ser o mais inclusivo possível, eu sou um homem branco, de cabelo curto, ondulado, castanho médio; estou usando um *blazer* bordô, uma camisa azul; e atrás de mim tem as bandeiras e uma porta de saída. Acho que é importante, quando a gente fala de inclusão, pensar também na linguagem, no quanto a língua é construída a partir de discursos hegemônicos que nos colocam em certos lugares. Por isto que eu estou aqui: para reafirmar a nossa luta para visibilizar os processos de exclusão, de desigualdade. Eu não gosto muito da ideia de língua neutra, porque a língua não é neutra, a língua nos coloca nesses lugares de opressão. Então, caso alguém se identifique como um não-binário, boa tarde a todas, todos e todes. Agradeço à Ver.^a Daiana pela homenagem, por estar aqui com a gente.

Sigo aqui a minha fala. O aniversário pode ser a procura de um fio condutor das intensidades dos anos passados, e as virtudes, brechas, potências do futuro que é; pois, exatamente inaugurado agora. Nossa psicologia se posicionará atenta às multiplicações e plenas de nascimento. São hiperexatos 60 anos. Não importa o que parece ou o que aconteceu, a origem está perpetuada, e a existência é relançada à perfeição do tempo em sua matemática racional e política em nossas tantas conquistas, inconsistências, inquietações no ofício imenso de decifrar e transformar o mundo contemporâneo. Cada aniversário possui sonhos para o próximo ciclo, algo imemorial como a terra fazendo um ciclo inteiro ou desde que o primeiro ar foi por nós inspirado no princípio de nossas práticas, nossa respiração. O ar é livre, esse sopro poderia se chamar mundo. Vamos, quem sabe, tatear a psicologia tensionando a percepção em relação às tônicas em processo, à interrogação, sempre mantida por navegação, que preza, em primeiro, pela democracia em suas mais elevadas utopias. Nosso trabalho nunca foi tão importante. Neste aniversário, que pode ser uma ilha de alegria crítica, poderemos, por amor ao nosso dia, sorrirmos aprendendo por vias criativas novos coeficientes de liberdade, de desejo, de mutação. Nós estamos de passagem na eternidade que é a Psicologia. E queria, de novo, agradecer aos meus colegas que vão seguir lutando pela defesa da psicologia. Tentaram desmontar os conselhos profissionais; avaliação para o porte de arma, que não passa por nós, profissionais da

psicologia, que estudamos para isso, uma tentativa de enfraquecer as forças coletivas e democráticas. Que possamos lutar todas juntas, juntos e juntos. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Convidamos o Sr. Vinicius Cardoso Pasqualin a fazer parte da Mesa.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, muito obrigado, eu quero cumprimentar o Vinicius Pasqualin, conselheiro do nosso Conselho que é presidido pela psicóloga Ana Luiza Castro – nos dão muita alegria de estarem aqui conosco, eu vi a Mainara também ali, um abraço, Mainara, quanto tempo? Mas é uma honra, Presidente, Cecchim, que nós possamos, na Câmara, homenagear esses 60 anos de regulamentação, explicava a Ana Luiza, a presidenta, da profissão do psicólogo, da psicóloga no Brasil. Isso é algo extraordinário, porque nós sabemos, Vinicius, a diferença que faz na vida das pessoas um atendimento nessa área. Nós sabemos que, inclusive, o Brasil teve gravíssimas dificuldades a partir da pandemia, e todo isolamento e toda uma mudança de hábitos e comportamentos, e que só a psicologia pode, de fato, fazer uma diferença positiva na vida das pessoas. Então, os nossos cumprimentos aqui em nome do PSOL para vocês do Conselho – Ana Luiza, Vinicius, amigas, amigos – e contem sempre com a gente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Cecchim; Vinicius, senhora Ana Luiza, é uma satisfação tê-los aqui na Casa do povo de Porto Alegre nesse tema tão importante, tão fundamental para a vida em sociedade, o papel dos conselhos, claro, mas do psicólogo, da psicóloga. Nesse tempo de pandemia nós vimos a necessidade de, cada vez mais, termos políticas que garantam a cidadania e o acesso aos serviços de psicologia. E eu digo que Porto Alegre carece de concursos públicos para psicólogos, temos poucos. O setor de saúde mental também está muito fragilizado, os CAPS, enfim, não preciso entrar aqui nos pormenores, mas é uma luta nossa aqui, uma luta coletiva para cada vez mais a população acessar esse serviço tão importante que vocês fazem à construção da cidadania. E quero destacar que eu tive a honra de protocolar o projeto de lei que está em tramitação para que a gente tenha psicólogos no serviço de educação, uma conquista nacional, já tem uma lei nacional, estabelecendo esse serviço.

E agora, a gente está em discussão para construir essa possibilidade na nossa rede, que tem mais de 90 escolas próprias e mais de 200 conveniadas. É uma rede

muito robusta, muita coisa precisa ser feita. Parabéns! Vida longa ao Conselho, vida longa a vocês e a essa profissão tão bonita e tão importante.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu vim, basicamente, para parabenizar e dizer que nós precisamos reforçar as RAPS, os nossos CAPS, o debate sobre essa guerra às drogas que tanta gente coloca na cadeia, tantas mortes que têm influência também nesse debate e lutar contra qualquer tipo de preconceito e de intolerância. Parabéns e muito obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento e, depois, prossegue sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, boa tarde a todos! (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero parabenizar, saudar aqui meu colega de profissão, o psicólogo Vinicius, bem como a Ana Luiza, que eu tive o prazer de conhecer numa visita que eu fiz lá ao Conselho de Psicologia, e pude ver a atuação de vocês, o comprometimento e o carinho com a nossa profissão de psicologia. Quero parabenizar o nosso Conselho Regional de Psicologia que, neste mês, completa 60 anos da regulamentação do curso de psicologia, como ciência e profissão no Brasil. A psicologia que, ao longo dos anos, vem avançando sobre novas áreas do conhecimento e ocupando importantes espaços de atuação. São mais de 440 mil profissionais de psicologia registrados nessa área tida como ciência e profissão e que estão nos diversos cantos da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País. Estão nas clínicas, na área da saúde, na área da assistência social, na justiça, na segurança pública, no trânsito e no esporte, sempre atentos ao cuidado com as pessoas. Quero parabenizar também a todos os profissionais de psicologia que atuaram e continuam atuando no combate da covid. Sabemos que essa pandemia da covid agravou as doenças mentais naquelas pessoas que já tinham transtornos mentais e desencadeou também transtornos mentais, como ansiedade, depressão, estresse e estresse pós-traumático, e os psicólogos foram fundamentais nesse momento, como agentes de mudança, agentes de transformação e também sempre promovendo a saúde. Neste ano, eu completo 18 anos de formação em psicologia, sempre com muito trabalho e estudo. Na minha carreira, iniciei na área clínica, em consultório, depois fui para a área pública, na área de gestão de pessoas em que trabalhei, inicialmente, na área de saúde, qualidade de vida e depois na área de treinamento, desenvolvimento, e, depois, na área de planejamento

estratégico. Hoje sou vereadora aqui na cidade de Porto Alegre, um cargo político, estou do outro lado do balcão, pensando e formulando políticas públicas, e o nosso foco é sempre voltado para a saúde, em especial, a saúde mental. Eu gosto de fazer, presidente Ana Luiza, uma simbologia, uma analogia entre a psicologia e a política. Olha só que coisa interessante: a psicologia tem como mecanismo central a cura pela fala, em que o paciente precisa falar das suas angústias para serem ressignificadas; e a política, da mesma forma, a cura, é pelo debate. Para a gente ter mudanças na nossa cidade, no nosso Estado, é através do debate, é através da tribuna, é através do diálogo com o prefeito e secretários. O psicólogo deve saber ouvir as pessoas; o bom político também deve fazer o mesmo, ouvir as pessoas. O psicólogo também se utiliza da empatia, e o bom político deveria fazer o mesmo, ou seja, como é que é viver naquela cidade, como é que viver naquele bairro, com aquelas circunstâncias e com aquelas condições de saúde. Eu poderia ficar aqui fazendo várias semelhanças entre a psicologia e a política, mas eu quero compartilhar que, como psicóloga e vereadora, deste Parlamento, eu sou presidente de três frentes parlamentares. A primeira, de promoção à saúde mental; a segunda, de prevenção ao suicídio e à automutilação; e a terceira, da dependência química, prevenção, tratamento e ressocialização. Quero compartilhar, presidente Ana Luiza, que, desde o início do meu mandato, a minha luta sempre tem sido a de levar o compromisso de promover a saúde mental dos porto-alegrenses. Por isso uma das minhas primeiras reuniões com o prefeito Sebastião Melo, no dia 23 de março 2021, foi o momento em que entregamos um ofício, o de nº 24/2021, que mencionava a importância da Lei Federal nº 13.935, de 2019, e que essa deveria ser aplicada no nosso Município. Essa lei prevê que as redes públicas de educação contarão com profissionais da área da psicologia e do serviço social nas nossas escolas. Da mesma forma, no dia 26 de março de 2021, esse mesmo ofício foi entregue para a secretária municipal de Educação do nosso Município na época, a Sra. Janaina Audino. No ano de 2021, no ano de 2022, diversas reuniões foram feitas com a SMED, Secretaria Municipal da Educação, e com o nosso prefeito. O objetivo dessas reuniões tem sido no sentido de mobilizar os esforços do governo, da Prefeitura, para que essa lei, realmente, seja aplicada. Queremos mais psicólogos nas escolas e mais assistentes sociais, e isso também pode ser encaminhado através do Fundeb. Dando continuidade, também já conversamos com o nosso Conselho de Psicologia, inclusive a presidente estava junto, a Ana; também já conversamos com o nosso Sindicato de Psicologia, com a presidente Emanuele, e estamos conversando diariamente, sempre com nosso prefeito, com a secretária Sônia, da SMED, de forma a viabilizar essa lei. Para encerrar: nosso desejo, nosso sonho, nossa expectativa é que essa lei possa ser uma realidade no nosso Município de Porto Alegre. Para finalizar, mais uma vez, parabéns ao Conselho de Psicologia, parabéns ao Sindicato de Psicologia e parabéns a todos os psicólogos que fazem a diferença na vida das pessoas. Vida longa!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, nossa querida Ana Luiza, é muito feliz esta data em que nós temos aqui, Presidente, hoje saudando os 60 anos dessa importante profissão regulamentada, e falo isso saudando a todos os psicólogos e psicólogas, dessa importante formação, e desses que desde sempre fizeram a defesa daquilo que fala diretamente com a população, com a sociedade brasileira. Agradeço pelo fato desses psicólogos e psicólogas terem se posicionado bravamente contra a luta antimanicomial, de forma brilhante se posicionam. Também, esses psicólogos e psicólogas não aceitaram como única forma de olhar para toda a comunidade LGBT, a tal dita cura *gay*. Nós sabemos a importância que tem um conselho ativo, atuante, com profissionais críticos, que não se permitem levar por qualquer falácia. Para construção da sociedade brasileira, para construção de estruturas que venham a permear o cuidado com a saúde mental são fundamentais essas ações. Nós, do PCdoB, e eu e a minha mandata em especial, protocolamos um dia que já está aí, prestes a ser sancionado pelo prefeito, para ser incluído no calendário do Município, o dia 27 de agosto, dia do profissional de psicologia. É com muito orgulho que hoje os recebo aqui e faço essa reverência, em nome de Ana Luiza e do Vinicius, a todos os profissionais da psicologia, saudando, mas principalmente agradecendo por toda essa luta, por toda essa resistência, pela forma brava como vocês se posicionam e conduzem esses processos de cuidado com a saúde mental, que nesses tempos, em que nós estamos sendo devastados por uma série de restrições e também por questões que são relacionadas à estrutura em que as pessoas sequer têm a possibilidade de compreender que saúde mental faz parte da saúde integral tão atacada, de um sistema único tão desgastado. Nós sabemos a importância que é evidenciar e principalmente ressaltar quem nunca se distanciou da luta. Muitíssimo obrigada, sejam muito bem-vindos, essa é uma homenagem mais do que justa, é merecida. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Agradecemos a presença da Sra. Ana Luiza Castro, presidente do Conselho e do Sr. Vinicius Cardoso Pasqualin. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h45min: Estão reabertos os trabalhos.

Solicito ao diretor legislativo que faça o pregão desta tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o processo SEI nº 209.00144/2022-43, de autoria da Ver.^a Daiana Santos, nos termos do

art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Mulheres na Política, em reunião com a Ver^a Bruna Gubiani, nos dias 09 e 10 de agosto de 2022, na cidade de Ijuí, aqui no Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 15 a 17 de agosto de 2022. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Mauro Pinheiro, no período de 15 a 17 de agosto de 2022, e em razão da impossibilidade de os suplentes Nereu D'Avila, Soraia Maria Rosso Saloum e Volnei da Silva Alves assumirem a vereança, o suplente Celso Cirino assumirá a vereança. Informo que o suplente Celso Cirino já entregou o seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Celso Cirino prestará a seguir.

SUPLENTE CELSO CIRINO (PL): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro empossado o Ver. Celso Cirino. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Celso Cirino. V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Celso Cirino está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR CELSO CIRINO (PL): Presidente Cecchim, prezados vereadores e prezadas vereadoras, demais presentes, hoje assumo esta cadeira de vereador com muita honra e agradecimentos. Agradeço à minha família, aos meus eleitores e ao colega de partido, Mauro Pinheiro. Quero também aqui abrir o espaço para agradecer o meu mentor nesse processo todo, Presidente, que é o Luiz, que está do lado de fora; a Juliana, que foi a minha advogada na campanha, um abraço, Juliana; as pessoas que me cuidaram, enfim, estiveram ao meu lado por ocasião da eleição. Ao Mauro, quero dizer que farei todo o esforço para honrar essa oportunidade que me deste de estar vereador por Porto Alegre. Meu nome é Celso Cirino, sou casado com Teresinha Cirino, temos uma filha de 25 anos, formada em biologia e mestrada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Moro em Porto Alegre há 40 anos, vindo de uma família humilde do interior do Estado, em 1980, para trabalhar na iniciativa privada, mais especificamente em um banco. Neste banco trabalhei por 37 anos em Porto Alegre e em vários outros Estados do Brasil, passando por muitos cargos até

chegar a superintendente. Em 2016, por opção minha, renunciei ao cargo, optando pela minha aposentadoria. Tenho 59 anos, sou formado e pós-graduado. Esse é um pequeno resumo da minha vida, senhores e senhoras, e, como falei anteriormente, quero reafirmar que farei todo o meu esforço para bem representar não só as pessoas que votaram em mim, mas também todos os porto-alegrenses. Sei dos embates que virão de temas que por esta Casa passarão, mas serei sempre muito transparente e com todo o discernimento vou avaliar e decidir o meu voto para o que for melhor e possa, de alguma maneira, contribuir para melhorar a condição de todos os porto-alegrenses. Quero aproveitar aqui e citar uma frase do Sr. Amador Aguiar que foi o fundador do Banco Bradesco, uma frase muito simples que diz o seguinte: “Só o trabalho produz riqueza.” Nessa linha, quero reafirmar que estarei aqui focado em muito trabalho, pois, sendo assim, o retorno desse trabalho produzirá as riquezas que, com certeza, afetarão para melhor a vida dos cidadãos e das cidadãs de Porto Alegre. Desta maneira, Sr. Presidente e colegas vereadores, quero dizer que podem contar comigo, assim como sei que posso contar com todos e, nossa união, mesmo que nas divergências, possamos todos proporcionar uma melhor qualidade de vida a todos os munícipes porto-alegrenses. Muito obrigado a todos. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador, seja bem-vindo. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde população que nos prestigia nessa Casa e pela TVCâmara.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Uma mulher é agredida a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência física a cada 11 minutos, uma mulher sofre feminicídio a cada seis horas no Brasil. Infelizmente, existem pessoas que se utilizam de pautas relevantes para cometerem crimes. Hoje, recebi a informação de que meu inquérito, no qual eu era apontado como autor de uma suposta importunação sexual, foi arquivado; fui inocentado dentro desse inquérito. Não é porque eu fui inocentado de uma denúncia caluniosa, feita por uma pessoa sem escrúpulos, que a pauta dos direitos das mulheres deve ser desrespeitada. O feminismo é extremamente relevante num país, como eu disse, que mata, que comete feminicídio a cada seis horas, é extremamente importante que nós tenhamos políticas que defendam as mulheres. Por

isso a importância da Delegacia da Mulher, por isso a importância do projeto que nós apresentamos nesta Casa – para o qual conseguimos aprovação –, que é a Casa de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência Márcia Santana, é por isso a relevância de um outro projeto que nós aprovamos, que é o da saúde menstrual, que distribui absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade, por isso que é importante a Rede Lilás e tantas e tantas políticas que defendem as mulheres. E a palavra da mulher quando é vítima deve ser levada a outro nível. Nós realmente temos que considerar a palavra da vítima mulher num patamar elevado. Porque nós vivemos no patriarcado, nós vivemos numa sociedade misógina e machista, esse é um fato inexorável. Dito isso, quero dizer que infelizmente existem pessoas que agem de má-fé, existem pessoas que, para ganhar visibilidade ou para avançar no seu jogo político, cometem crimes e destroem – ou pelo menos tentam destruir – a reputação de pessoas. Eu gostaria muito – muito mesmo – que o Ver. Bobadra estivesse presente, que a Ver.^a Nádia estivesse presente, que a Ver.^a Barth estivesse presente, que o Ver. Camozzato estivesse presente, porque não estão presentes. (Expressão retirada por determinação do orador.) Estão no celular e deveriam estar aqui. Porque não mediram esforços para me atacar de forma covarde, num ato covarde e criminoso que aconteceu dentro desta Casa. Aqui está a foto da suposta estagiária junto com Eduardo Bolsonaro, junto com Zucco, junto com o Bobadra. Estagiária indicada pelo Bobadra, vereador indiciado por crime de violência política de gênero, vereador cassado por corrupção, por se apropriar de recursos e não respeitar as cotas, justamente de mulheres e de negros do seu partido. É a estagiária desse indivíduo, indicada por esse indivíduo, que não está na Casa, não está na sessão que eu tive que responder ao inquérito policial em que foi apontado que eu teria cometido importunação sexual enquanto eu vinha correndo por esse corretor para tentar tirar uma foto com as doulas numa homenagem realizada pela Laura, do meu partido. Felizmente todas as testemunhas foram unânimes de que não houve o referido crime, e eu quero passar o que foi feito comigo nas redes sociais, antes que termine o meu tempo. Aqui no telão está a fala da Franciele, mas eu quero avançar, eu quero avançar na mídia da extrema-direita fascista, que divulgou uma série de *fake news*, e é bom que se diga: o ato aqui aconteceu no meio da tarde, por volta das 16 horas, e antes das 20 horas eu recebia no meu WhatsApp a cópia do boletim de ocorrência, e já tinha uma série de *sites* da extrema-direita dizendo que eu era estuprador com o B.O. nas mãos – de um B.O. que é sigiloso –, foto do boletim de ocorrência. No mesmo dia em que o médico anestesista era acusado de estupro e as pessoas vinculavam esse médico ao Bolsonaro. Um dia depois da morte do Marcelo Arruda, o nosso companheiro dirigente do Partido dos Trabalhadores e policial antifascismo. E foi após a minha fala que essa série de *fake news* começou a surgir dizendo que eu tinha sumido. Tem o Carlos Bolsonaro, que eu quero que vocês vejam, comentando também. Pode passar, Luiz Afonso. O Políbio Braga, que não paga para fazer *fake news*, e ele foi alertado que era *fake news*. A Nádia, onde é que está a Nádia, eleitor? Vocês pagando o salário da Nádia, e ela não está presente. Onde é que está a Fernanda Barth, caro eleitor? Não está presente, e vocês pagando o salário polpudo desses parlamentares. Cadê o Nagelstein, racista, indiciado por racismo contra bancada negra desta Casa. Todos vão ter que se

retratar. Camozzato, meu amigo Camozzato, o risonho, simpático, mas que não paga para fazer *fake news* e atacar, de forma covarde, os seus colegas. Ruy Irigaray, deputado cassado por corrupção, que eu denunciei; Ruy Irigaray, se o senhor foi cassado, a responsabilidade é minha, porque foi às minhas mãos que chegaram as denúncias de corrupção do teu gabinete, e em nenhum momento, Sr. Ruy Irigaray, o senhor respeitou a minha profissão de policial. O senhor me acusou de ser um terrorista antifascista; o senhor foi à chefe de polícia pedir a minha cabeça e o senhor disse que eu deveria ser vítima de castração química, covarde, fascista! Não por acaso, vai perder um processo, que o senhor mesmo iniciou, e que agora eu vencerei, e o senhor vai ter que me indenizar e vai ter mais uma indenização para fazer. O Carlucho, até o Carlucho apareceu, nessa palhaçada que foi realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre, manchando a imagem desta importante instituição. Se foi feito por boa-fé, por parte da Franciele... Aqui tem um detalhe, o Eric Lins é um deputado que faz a gente desacreditar nos *hippies*, faz a gente desacreditar daquele perfil que temos do estudante de exatas, de humanas. Eu sou estudante de humanas e tem uma lógica, o pessoal das humanas é mais humano. O Eric Lins faz quebrar completamente esse conceito. Eu olho para ele e eu digo: “Bah! Esse deve ser um cara legal de escutar um *rock and roll*”, mas não, é um fascista, propagador de *fake news*, gabinete do ódio, vergonhoso, não fala nada com nada. Uma pena, porque eu sempre olho para ele e eu digo: “Bah! vou apertar a mão”. Não dá. Tem mais alguma imagem aí Luiz Afonso? Ah, aqui é para gente só deixar já referido, não é? É bom botar na televisão, porque isso é importante – volta, volta mais uma, Luiz Afonso, aí –, eu vou ler aqui para vocês, porque agora vão dizer que a investigação não foi correta por parte da polícia né. “Quero deixar meu agradecimento para toda a equipe da delegacia da mulher. Fui muito bem atendida, ouvida e acolhida por todas que ali estavam. Temos um ambiente que é a proteção à mulher, que não tem cor, que não tem credo, não tem idade, não tem partido. Acreditem na polícia. Ela é amiga de vocês.” Concordo, Franciele! Concordo. E é bizarro que uma antifeminista não consiga perceber que a delegacia da mulher é uma luta feminista, que o acolhimento à mulher é uma luta feminista; a luta para que o preconceito acabe é uma luta feminista. Então é bom começar a rever o conceito, porque essa frase, essa postagem é uma postagem típica de uma feminista, mas que quer lascar dizendo que é antifeminista. Se é antifeminista, dentro da lógica, não deveria nem ter Delegacia da Mulher.

Eu quero só chamar a atenção dos colegas vereadores e das colegas vereadoras; isso que aconteceu comigo é extremamente grave. Se foi feito de boa-fé por parte da Franciele, esse é um risco para todos os parlamentares desta Casa. Correto? Porque se algo que não aconteceu, mas que ela criou na cabeça dela que aconteceu, isso é grave, porque outras situações podem acontecer nesta Casa, de boa-fé. Se ela agiu de má-fé, na lógica de arrebanhar reputações, de fazer um jogo político às vésperas das eleições, isso é extremamente grave também, porque ela não vai medir esforços para prejudicar qualquer um de nós. Esse é o ponto! Mas, como eu digo, a palavra da vítima mulher deve ser ponderada com todo o respeito e em maior proporção do que a do homem. Isso é um fato. Eu entendo muito bem a articulação que foi feita aqui, porque

existe um caso aqui nesta Casa em que a palavra da mulher foi colocada, de fato, onde tem que estar, que é em preponderância, e tentaram utilizar esse caso para jogar toda a luta das mulheres no lixo, para dizer: “Viu, não é nada, a palavra da vítima não vale nada, viu, é tudo bobagem”. Não é bobagem! Não utilizem esse caso como um padrão do que acontece com a violência contra as mulheres! Não utilizem esse caso para simplesmente botar no lixo uma luta mais que centenária das mulheres, e nós estaremos sempre juntos contra qualquer tipo de violência, contra qualquer tipo de preconceito e estaremos lutando lado a lado com todas as mulheres. Muito obrigado. Fascistas não passarão! Um detalhe: sabem o que eu estou tomando aqui na minha xícara antifascista? Lágrimas de fascistas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Solicito que seja retirado das notas taquigráficas a expressão “Não estão trabalhando”, porque estão em sessão híbrida.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, colegas vereadores, cheguei atrasada para o período da tribuna justamente porque estava lá na Ponta Grossa cumprindo meu papel enquanto participante da comunidade que está se mobilizando. Acho que todo mundo acompanhou o final de semana que teve um grande protesto da comunidade, que está, há 30 anos, reivindicando drenagem, esgoto e asfaltamento. Particpei hoje, enquanto integrante da Comissão da CUTHAB, junto com o Ver. Jessé, com o Gilson Padeiro, de uma oitiva em que a comunidade conseguiu nos colocar, em primeira pessoa, os problemas que estão vivenciando. É importante salientar as respostas insuficientes por parte do governo; o DMAE colocou que não existe projeto de drenagem para região; das quatro necessidades que existem apenas há processo de licitação para uma macrodrenagem, microdrenagem da região, que não vai dar conta de toda a demanda da Ponta Grossa. Os companheiros da Secretaria de Obras e Infraestrutura – SMOI – colocaram que existe demanda do Orçamento Participativo aprovada há mais de dez anos para a região, que faltam em torno de R\$ 22 milhões para conclusão das obras e que não há recursos em caixa. O representante da Secretaria de Serviços Urbanos – SMSUrb, que estava presente representando o governo, colocou aqui já há patrolamento na região – de 45 a 60 dias – e que também não tem condições fiscais de reduzir esse tempo de uma patrola para outra – a gente está solicitando a patrola de 15 em 15 dias.

Essa demanda do bairro da Ponta Grossa vem desde a gestão do governo Marchezan, em que eu também era integrante da CUTHAB, então, é mais para dizer para vocês que a comunidade está se mobilizando, o poder público foi à região e não conseguiu trazer um apontamento sequer para o problema que está sendo apresentado

em curto prazo. Nem o patrolamento vai ser garantido para os moradores, e é um desrespeito gigante porque as pessoas pagam IPTU as pessoas fazem parte da cidade e estão tendo seu direito negligenciado há 30 anos, por sucessivos governos. O desmonte do DMAE: na semana passada a gente veio aqui ouvir uma palestra da iniciativa privada, da empresa Cristalina, que tem interesse na concessão do DMAE. Não há concurso público, e não é nem concurso público para engenheiro, há demanda no DMAE de concurso público para cargos de ensino médio, faltam pessoas na rua, falta peão! É isso que o diretor – que já foi diretor do DMAE na gestão do Marchezan, o engenheiro Darci, que hoje estava representando DMAE dentro da Ponta Grossa – nos colocou: falta concurso público. Porto Alegre vem perdendo recursos por falta de iniciativas, por não ter projeto. Um recurso de imposto, IPTU da Ponta Grossa, é escoado para as zonas centrais, porque no Mont’Serrat, no bairro Três Figueiras, no Bom Fim, no Praia de Belas não falta asfalto, não falta água, não inunda, mas naquele bairro periférico, que paga seus impostos, que faz a sua tributação, que está há mais de duas semanas fazendo protesto... Hoje, de novo, vai sair na Record reportagem em relação àquilo que foi feito no final de semana, a mobilização, a presença dos vereadores, dos secretários hoje, e infelizmente o poder público não tem nada a oferecer para aquela comunidade. Eles têm toda nossa solidariedade, eles vão sair do bairro e vão começar a protestar na frente da Prefeitura, dentro da Câmara de Vereadores, porque é importante que os colegas vereadores que estão aqui presentes, ouçam o que eles têm a dizer; e não só ouçam, no final do ano, quando a gente debate o orçamento para o ano de 2023, que se aprovelem as emendas. Normalmente, a gente tira recurso da publicidade, do gabinete do prefeito, de causas supérfluas e tenta destinar para esse tipo de infraestrutura que a gente sabe que é cara, mas a gente nunca pode contar com os votos do governo. Então o governo vai lá e diz que não tem nada a oferecer, e, quando tem o poder de realmente interferir no orçamento da cidade, também se nega a cumprir esse papel. Então todo apoio em solidariedade à luta dos moradores do Rincão que estão cansados de promessas vazias. O Ver. Jessé foi hoje lá, o Ver. Gilson Padeiro também, e eles tomaram uma pressão da comunidade; e, sinceramente, eu não posso ficar passando pano para vereador. O meu papel, enquanto fiscalização, proposição, eu estou fazendo; só que falta iniciativa por parte dos vereadores do governo para que olhem com mais atenção para essa demanda que a comunidade vem fazendo.

Por fim, salientar, hoje é o dia da profissão dos psicólogos e psicólogas. Há muita vacância, tanto em cargos da administração direta quanto na FASC; há demanda de contratação de psicólogos. E há um concurso vigente, do ano de 2022, e as pessoas que foram aprovadas ainda não foram convocadas. Então, para além de parabenizações, é muito importante também que o governo convoque esses profissionais que estão demandando emprego; também a população está demandando essa atenção na assistência à saúde mental e no acolhimento das nossas comunidades. Não basta parabéns, não bastam palmas. A gente quer, em última instância, a valorização da carreira pública, a valorização do serviço público e que esses profissionais sejam chamados. E aqui um recado direto para todos aqueles que se manifestaram aqui, em especial à psicóloga Sabino, que faz parte da composição deste governo: existem mais

de 100 cargos hoje que estão vagos, e, para além da lei que a gente está tentando elaborar, Ver.^a Psicóloga Tanise, há necessidade de esses cargos serem ocupados. Há concurso público hoje com aprovados, e eu não entendo por que o governo não convoca. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Presidente em exercício, Ver.^a Mônica Leal; os colegas vereadores e vereadoras; o público que nos acompanha nesta tarde, de modo especial os trabalhadores, entidades da área da saúde e da educação que estão acompanhando apreensivamente sobre a pauta que logo em seguida vamos discutir, cidadãos e cidadãs. Realmente, segunda-feira um dia muito atípico porque nós estamos nos aproximando de um período eleitoral, amanhã inicia-se o período eleitoral, obviamente muitos dos candidatos, pré-candidatos hoje, amanhã candidatos, estarão na rua buscando a sua eleição. Mas cabe a nós, vereadores e vereadoras, não esquecer de Porto Alegre. Nós nos elegemos para ter a atribuição que nos foi concedida pelo povo de Porto Alegre para fiscalizar os serviços do governo municipal, e, casualmente, neste dia de hoje têm vários projetos do governo que nos preocupam, dentre eles a modificação da essência do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Educação. Sabemos nós que tanto um quanto o outro são representantes das entidades, são representantes do governo, são representantes dos servidores, são representantes dos usuários que compõem os Conselhos Municipais de Saúde, de Educação e Psicologia, e assim por diante. Percebemos que esse governo procura mudar a essencialidade da prerrogativa desses conselhos, quando muda, por exemplo, a questão de deliberativo para consultivo; quando muda, por exemplo, a composição do conselho; quando tira a essência de que esses cidadãos, a exemplo da Câmara, podem ser fiscalizadores sim naquela área na qual estão inseridos para poder opinar, para poder reivindicar, para poder recorrer aos órgãos de controle sobre algo que o governo tenta impor sobre a sociedade. É isso que nós queremos debater com o governo para que tenha sensibilidade, nobre prefeito, Sebastião Melo, que retire esses projetos de lei. Não é justo que esses projetos de lei, lá no apagar das luzes, além dos 45 minutos do segundo tempo – véspera de campanha – o senhor coloque como priorização para votação nesta Câmara, nesta tarde, projetos tão importantes que mexem com a vida dos usuários, dos servidores, dos prestadores, das entidades. Lamentavelmente, nós tivemos que na ocasião quando apresentado esse projeto de lei, numa iniciativa do nobre suplente de vereador, o Terres, que está aqui... Ele fez um substitutivo e que agora vamos avaliar, depois de tramitado, feitas audiências públicas, tanto o substitutivo, quanto o projeto original do governo, mas, em nenhum momento, o

governo se sensibilizou para aceitar uma emenda, uma sugestão, uma mensagem retificativa, embora Ver. Janta, líder do governo – que o senhor deve estar nos ouvindo –, o secretário naquela ocasião da audiência pública, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Karen, se comprometeu em modificar o projeto de lei ou retirá-lo. Conversei com ele hoje pela manhã e confirmou que faria as mudanças, mas se nós olharmos no escopo do projeto de lei, não tem nada, nem de emenda, nem de mensagem retificativa. Portanto, mantém-se o projeto original deste governo e não o projeto original discutido com o Conselho no governo Fogaça e Fortunati, discutido com o Conselho para que pudesse avaliar, que é, na essência, o projeto apresentado pelo colega Terres naquela ocasião do substitutivo. Portanto não é justo votar este projeto de lei. Pedimos a sensibilidade para poder retirar da priorização, para que volte então a discutir com o secretário de saúde, com o governo, com o nosso conselho que é autônomo. Ele não é deliberado, constituído pela Câmara, pelo governo. Em todo o País, os conselhos são deliberativos e não consultivos. O que o governo quer fazer? Quer decidir sozinho o que ele quer para Porto Alegre? Por favor, é um apelo que fazemos aqui, Ver. Leonel Radde, com líder da oposição, para que o governo reavalie do ponto de vista do diálogo com a sociedade, para não ser radical, para não ser um cidadão que, ao se eleger e receber o aval da sociedade, Ver. Janta, não avalia do ponto de vista do que foi acordado inclusive em audiência pública. Por isso, fazemos este apelo para que retire da priorização desta tarde, volte a dialogar com a sociedade e vote depois da eleição. Vamos discutir com um amplo debate para poder consensuar algo que é natural; todos os conselhos são, como é a Câmara, um órgão independente e que tem a visão de ser fiscalizador e de ter opinião nesse momento tão difícil em que, infelizmente, alguns não querem defender a democracia. Nós queremos ampliá-la, Ver. Janta, para que todos tenham acesso a esta tribuna, e a todo o momento em que for possível para dialogar com os governos, independente se é oposição ou situação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Hoje eu não vou largar minha canequinha antifascista aqui, tomando lágrima de fascista. Felizmente, o Ministério Público Eleitoral mandou retirar dois *outdoors* que faziam vinculações criminosas com a esquerda. Diziam, entre outras coisas, que a esquerda defende o PCC. E eu já mostro aqui a *fake news*. Procurem aí, deem um Google, pesquisem: o PCC, hoje, graças ao Bolsonaro, consegue adquirir armas de fogo de modo legal graças à política armamentista e o descontrole do governo Bolsonaro. Quem favorece o PCC? É o Governo Bolsonaro. Está em todos os jornais. Dizem que a esquerda não defende a vida, mas quem negou a compra da vacina, quem é o responsável por mais de 600 mil mortes é o governo Bolsonaro. Falam sobre emprego, mas quem causou a quebra, quem causou o atraso na nossa recuperação da economia, dos empregos é o governo

Bolsonaro, que se negou a comprar vacina e se negou a fazer as políticas corretas de distanciamento social. Mas, além de tudo, esse *outdoor*, que já virou até panfleto, em outros estados, sem assinatura, sem autoria, que ninguém sabe a origem, alguém financiou. Alguém financiou o material criminoso que fere o Código Eleitoral. Aqui em Porto Alegre esses *outdoors* terão que ser retirados imediatamente, e nós fiscalizaremos, porque isso ocorreu a partir de denúncias que nós realizamos junto ao Ministério Público Eleitoral, junto à Polícia Civil, junto à Prefeitura de Porto Alegre, porque nós queremos saber qual o tipo de contrato que a Prefeitura tem com a empresa Life, que colocou esses *outdoors*, queremos saber quem pagou esse *outdoor*, queremos saber quem está financiando essa extrema-direita, propagando *fake news*, e se essa será a tônica desta eleição de fato. Se o TSE, o TRE, o Ministério Público Eleitoral, não punirão esses absurdos, que nós sabemos que acabam influenciando no processo eleitoral de forma criminosa. Nós sabemos que, em 2018, a eleição foi decidida através de mentiras, de *fake news*, de inverdades, e o resultado foi dramático para o nosso País. A milícia se apossou do poder, o crime organizado tem acesso a armas de fogo de forma legal, o desmatamento cresceu exponencialmente, nunca se desmatou tanto neste País. Nós temos um aumento dos feminicídios de forma dramática, um aumento na quantidade de homicídios cometidos com arma de fogo. Era isso o que o Brasil queria? Era esse o nosso objetivo? Mas, como eu disse, felizmente, a nossa iniciativa foi acatada. O Ministério Público Eleitoral nos escutou, acatou o nosso pedido e está retirando imediatamente os *outdoors*. E nós queremos a reparação financeira pelos danos morais coletivos que foram cometidos contra o campo progressista, o campo da esquerda. Mais uma vez, saúde; fascistas não passarão.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h32min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Ver.^a Mônica Leal, ilustre colega e amiga que preside os trabalhos, eu queria fazer um requerimento em relação a um projeto, não costumo fazê-lo, primeira vez que faço, o projeto é do Executivo, então, quero que o Ver. Janta não entenda como uma inserção na área do governo, mas, como nós temos uma discussão ampla e boa com o Conselho Municipal e com o Conselho Estadual da Saúde, hoje, aqui, eu vou fazer um requerimento ao plenário pedindo licença ao Ver. Janta para fazê-lo, claro, não que ele concorde com o mérito, apenas peço licença pela invasão de competência, talvez, mas para dizer que o projeto está em número sete na priorização da Ordem do Dia de hoje. Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCE nº 026/21 por duas sessões. Muito obrigado.

Vereador Claudio Janta (SD): Sra. Presidente, colegas, membros dessa Casa, esse projeto está na Casa desde o outro governo; então, a gente vem discutindo, vem debatendo, e o governo quer votar hoje esse projeto. Então, encaminhamos contrariamente o requerimento do Ver. Ruas, e qualquer outro requerimento que venha na tarde de hoje querendo adiar esse projeto. O governo entende que esse projeto está maduro e capacitado para que esta Casa o vote na tarde de hoje.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Janta. Pelo que eu tenho conhecimento, na minha experiência da Câmara, o vereador tem direito de fazer o seu requerimento. Vou confirmar aqui com diretor legislativo! (Pausa.) Confirmado, o Ver. Pedro Ruas tem o direito de fazer esse requerimento; colocaremos em votação.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, se o Ver. Ruas concordar, porque o projeto não está sendo votado agora, ele está em sétimo lugar, nós temos outros projetos, se chegarmos nesse projeto de lei, Ver. Pedro Ruas, ou o senhor pretende encaminhar agora o requerimento? Porque, daí, ao chegar no projeto de lei, podemos fazer os encaminhamentos devidos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Fica melhor assim, perfeitamente, feito o registro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL n° 211/22 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão; e que seja a primeira matéria a ser apreciada. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Romário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CELSO CIRINO (PL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 217/17 por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação requerimento de autoria do Ver. Celso Cirino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um requerimento solicitando o adiamento da discussão do PLL n° 525/21 por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0394/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 211/22, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Título Honorífico de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. José Alfredo da Silva. (SEI 197.00473/2022-25)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 27-06-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 211/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 31 votos **SIM** e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLL nº 211/22.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização, passando-se imediatamente à discussão do PLL nº 115/20. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0294/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/20, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor

Jose de La Cruz Benitez Santa Cruz. (Desarquivado pelo Ver. Cassiá Carpes.) (SEI 032.00011/2020-10)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 22-06-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 115/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 30 votos **SIM** e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLL nº 115/20.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0267/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/22, que altera a al. *d* do inc. III, o inc. XVII e o § 2º do art. 71 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, para conceder isenção ao serviço de transporte seletivo por lotação. (SEI 118.00248/2022-68)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-07-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 006/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o PLCE nº 006/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): **APROVADO** o PLCE nº 006/22. Em discussão o PLL nº 443/21.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 443/21 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, pois tem que construir com o governo e não conseguimos sentar ainda para construir.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0610/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 237/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que cria o Programa Municipal de Saúde do Pé Diabético. **(SEI 021.00121/2021-73)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Aldacir Oliboni;
- incluído na Ordem do Dia em 13-07-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 237/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 237/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 237/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver. Oliboni!

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1369/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 036/21, que reorganiza o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA) e revoga a Lei Complementar nº 248, de 23 de janeiro de 1991, o Decreto nº 9.954, de 12 de abril de 1991, os arts. 9, 10 e 11 da Lei nº 8.198, de 18 de agosto de 1998, o art. 1º da Lei Complementar nº 660, de 07 de dezembro de 2010, e a Lei Complementar nº 795, de 13 de maio de 2016. (SEI 118.00424/2021-81)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Zacher;
- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, da Ver^a Mari Pimentel (Líder da Bancada do NOVO);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-04-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 036/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, Presidente Mônica Leal, os assuntos têm passado aqui sem discussão, e eu creio que, neste caso específico, seria um grave erro não se discutir, mas infelizmente é o método que o governo quer imprimir, tanto é assim que esse projeto não passou pelas comissões, esse projeto não foi discutido na Câmara de Vereadores. É um projeto do governo que trata sobre a educação, e que não foi discutido sequer na Comissão de Educação. Foi discutido simplesmente numa reunião das comissões conjuntas, que tem como marca não debater; esta é uma das marcas das reuniões das comissões conjuntas, não se debate o assunto, o assunto é aprovado, vem para o plenário, e o governo, no plenário, trata de exercer a sua maioria. Por que o governo utiliza essa metodologia? O governo utiliza essa metodologia para que a sociedade não debata e não se informe sobre o que o que a Câmara de Vereadores discute. Então é um atropelo, e é isso que nós estamos vendo nesse projeto aqui. A secretária de educação estava aqui quando nós discutíamos esse tema, e mesmo assim não se sensibilizou com a intervenção de praticamente todos os integrantes da Comissão de Educação protestando contra esse

método. O que o governo quer com esse projeto? Aqui eu estou vendo vários trabalhadores do Município de Porto Alegre, professores, professoras, trabalhadores da área da educação, a Aline, que é dirigente do movimento mais importante que nós tivemos aqui em Porto Alegre, a Associação Mães e Pais pela Democracia, que surgiu justamente quando a democracia começou a ser atacada nas escolas públicas e privadas aqui de Porto Alegre. Particularmente, a primeira foi o Colégio Rosário, em que também ocorreram esses ataques, a comunidade escolar se levantou e constitui um movimento e esse movimento não foi consultado. O governo Melo passa por cima não só do Simpa, não só dos trabalhadores em educação, mas também da comunidade escolar, que se organiza por democracia na educação aqui em Porto Alegre. O que a proposta do governo pretende fazer? Pretende, na prática, liquidar com o Conselho de Educação, é isso que o governo está pretendendo. Atualmente são 20 membros, essa é a composição do Conselho atualmente: 20 membros – 13 indicados pelo prefeito, 7 professores, 1 representante dos estudantes, 1 dos funcionários de escola, 1 de entidades comunitárias e 7 representações, incluídas em 2016, que têm uma tendência pró-mercado, mas são entidades da sociedade civil. Na proposta do governo são 9 representantes do governo e 9 da sociedade civil. A Mensagem Retificativa aumenta o número, mas mantém essa paridade entre 11 do governo e 11 da sociedade civil, mas o que também prevê a Mensagem Retificativa? A Mensagem Retifica prevê algo muito grave, que mostra como a intenção do governo é esvaziar a capacidade da sociedade de controlar a educação, de manter o mínimo de fiscalização necessária e de capacidade de deliberação acerca da educação no município de Porto Alegre. A Mensagem Retifica prevê que, se houver empate, é o presidente do Conselho que define, e, mais grave ainda, para deliberar é preciso deliberar com a presença mínima da metade dos membros. Se o governo tem a metade dos membros justamente para deliberar, o Conselho necessita sempre da presença do governo, isso não é correto. Não é correto que uma entidade que busca representar a sociedade civil organizada dependa do governo para funcionar. E eu acho que não é correto também que seja paritário, porque se é uma entidade, se é um conselho que busca representar a sociedade civil, não é possível que seja paritário, é preciso que a sociedade civil tenha a maioria como é hoje. Portanto, Presidente Mônica, para concluir, nós somos contrários a essa proposta, porque é uma proposta que esvazia o conselho, combate a democracia, quando, na verdade, nós precisamos transparência e mais democracia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 036/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde colegas vereadoras e colegas vereadores; boa tarde nossa presidência da sessão, Ver.^a Mônica; de fato, na sessão de hoje nós temos dois projetos que são simbólicos, sobre uma visão, uma concepção de cidade, tanto que nós temos aqui presentes representantes do Conselho

Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Saúde, porque os dois projetos hoje que visam atacar o controle social, na verdade eles estabelecem a ruína daquela herança que nós construímos a duras penas em Porto Alegre de participação, de democracia participativa.

Infelizmente o projeto em questão, em relação ao qual eu não lembro do governo vir aqui explicar em cima de qual concepção ele propõe alteração – é tudo a toque de caixa, passado na reunião conjunta, sem espaço de como nós podemos acumular um debate –, nós não temos uma justificativa, nós não temos uma argumentação sobre o porquê dessa alteração, porque não é uma mudança simples, é uma mudança que compromete a condição da sociedade poder de fato acompanhar, debater, encaminhar e ter autonomia para decidir sobre os temas relacionados à saúde e à educação. Aqui neste projeto sobre o Conselho Municipal de Educação eu me pergunto qual é o medo de debater com a comunidade escolar? Qual é o medo de debater com a sociedade? Qual é o medo de construir a educação que, por essência, é um espaço construído pelo coletivo, onde se produziu a nossa capital, durante muitas décadas, como um símbolo da democracia participativa, de uma educação emancipadora, como uma das melhores redes de ensino do nosso País. Foi isso que nós construímos, ela foi construída baseada numa visão de participação social, na garantia do controle social na construção dessas diretrizes. Esse é o espírito, é o legado que Porto Alegre produziu durante 30 anos; desde o nosso espaço democrático no Brasil, Porto Alegre vem construindo esse legado. A quem serve destruir o controle social em temas tão estratégicos para a estrutura da nossa cidade? Eu coloco esse questionamento e gostaria muito que os membros do governo viessem até aqui e colocassem a sua justificativa: baseados em que que querem destruir o controle social?

Nós, do partido dos trabalhadores e das trabalhadoras, estaremos aqui defendendo a maioria do conselho para a sociedade civil. Nós acreditamos que a sociedade construindo com a presença, inclusive, do governo, que está assegurado na proposta, no modelo atual, ela é um modelo que garante a democracia e que garante uma condição de produção do espaço do conselho, da produção das políticas educacionais do nosso Município, enfim. Então nós faremos essa defesa aqui de maneira muito comprometida, como um valor, como uma concepção nossa em relação ao tema da educação. E gostaríamos muito que o governo não só compreendesse a Câmara como um cartório que chancela suas propostas, mas viesse aqui, inclusive, respeitando o conselho que aqui está para acompanhar a votação no dia de hoje, que pudesse ouvir a argumentação do Município; e que aqui nós pudéssemos travar o debate em relação à manutenção de um conselho, de fato, democrático. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque a Mensagem Retificativa nº 01 e a Subemenda nº 01 ao PLCE nº 036/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 036/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, que preside a sessão. Nós estamos diante de um debate estratégico para o futuro da cidade de Porto Alegre, porque não é a primeira modificação na estrutura dos conselhos participativos da cidade que a gente discute nesta legislatura, bem pelo contrário. E aqui eu quero trazer uma fala do prefeito Sebastião Melo, numa entrevista que ele deu em abril deste ano: “Para que ter prefeito, se a gente delega as decisões aos conselhos?” Por trás dessa fala do prefeito Sebastião Melo, está uma concepção perigosa sobre o que é democracia, porque na cidade de Porto Alegre e por todo o País, não apenas pelos anos da gestão democrática que foi construída logo após a transição da ditadura, mas em vários municípios de governos de esquerda ou direita, foram instituídos os conselhos como forma de garantir à sociedade civil mais participação nas decisões. Isso é um elemento muito importante, porque o ato de votar a cada dois anos ou a cada quatro anos para renovar o Legislativo e o Executivo municipal é estratégico e é fundamental. Agora, durante esse processo, a participação popular também é necessária. Uma concepção de democracia, onde o prefeito acha que de dentro do Paço Municipal ele tem o direito de rever decisões históricas construídas com mobilização social, com participação das comunidades, que ele não tem que consultar ninguém, ou que ele pode governar por decreto, por várias questões que não passam pelas discussões necessárias, bem pelo contrário, isso é extremamente perigoso. E não é a primeira vez que a gente vê esse tipo de declaração ser utilizada aqui na tribuna, quando a gente está debatendo esses temas, até porque fica bem nítido nesse tipo de proposta quais são os agentes da sociedade civil, da participação popular que perdem os seus assentos: são os movimentos sociais, são os grupos de professoras e professores, de trabalhadores da educação, os estudantes; isso aconteceu na discussão da habitação aqui em Porto Alegre, foi negado o direito de as comunidades quilombolas terem o seu assento na gestão do Fundo de Habitação. É desse tipo de questão que nós estamos falando! Por isso que esse projeto é nefasto para o desenvolvimento da educação na nossa cidade, porque não há educação sem uma construção conjunta entre governo e entidades da sociedade civil, as trabalhadoras que estão na sala de aula, os estudantes, a comunidade. É dessa forma que se desenvolve e se conduz o processo educacional e a implementação das políticas públicas, que nesse momento são extremamente necessárias para que a gente qualifique a educação de Porto Alegre. Nós temos graves problemas na educação municipal, gravíssimos, para os quais até agora não foram encontradas soluções, como é o caso do déficit de vagas na educação infantil que está aí beirando 6 mil vagas. O governo já tentou alternativas, como a compra de vagas na rede privada, não conseguiu. No ano passado, devolveram milhões da educação municipal, o que poderia ter sido direcionado para creches que, nesse momento, por problemas estruturais fáceis de resolver, não estão funcionando, como é o caso da Vila Maria da Conceição. Na Zona Sul, nós temos situações iguais; na Zona Norte, também. Ao invés de se ater a esse tipo de discussão, de se apoiar na qualidade que nós temos no corpo docente, no corpo

técnico da educação municipal de Porto Alegre, que é exemplar, nas discussões que o Conselho Municipal de Educação faz, ao invés de se apoiar nesses agentes, o governo está diminuindo a possibilidade da participação para resolver esse tipo de questão, para direcionar as decisões da educação ou para aquilo que está lá, dado já como política do Executivo, ou para os agentes privados que estão interessados na lucratividade do sistema de ensino e não na participação democrática e na garantia da educação como um direito universal. É dessa forma que nós concebemos, e é por isso que é universal, é por isso que são tão importantes a discussão e a participação democrática. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 036/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Colegas, eu tenho muito acordo com tudo aquilo que foi colocado em relação ao sentido antidemocrático das alterações que estão sendo propostas pelo governo. Há três semanas, eu fui chamada na Creche Elsinha, uma creche conveniada no bairro Medianeira, para ouvir a denúncia dos pais das crianças da creche que estavam sofrendo violações dos seus direitos – tortura física, tortura psicológica. Nós chegamos a nos reunir junto com a mantenedora, junto com a Secretaria Municipal de Educação e o Círculo Operário Porto-Alegrense, que é a PPP que faz a gestão daquela creche. Estava presente nesse dia o CMDCA; o Conselho Municipal de Educação não estava presente nesse dia. Eu digo isso por quê? A importância dos conselhos no âmbito da fiscalização; a Câmara de Vereadores é uma instância, é uma instituição de fiscalização. As reuniões de comissões deveriam cumprir esse papel, e, modéstia à parte, a gente não consegue cumprir. Não é à toa as trabalhadoras da limpeza, da cozinha, e da higienização das escolas estarem com seus vales-transportes atrasados. Isso está acontecendo no dia de hoje no Município de Porto Alegre, e eu questiono quantos vereadores sabem disso, sabem que está tendo violação de direito trabalhista, sendo que a contratante direta é a Prefeitura de Porto Alegre. Então, é sobre isso. Nós precisamos fortalecer essas instituições e não as enfraquecer ainda mais. Eu estava debatendo aqui com os colegas: fortalecer no sentido de também garantir que os profissionais e a sociedade civil estejam presentes nesses conselhos, recebam liberação para participar dessas reuniões, ajudem a elaborar política pública, ajudem a elaborar alternativas para os problemas que estão sendo levantados. A Secretaria de Educação, toda vez que o nosso mandato demanda reunião lá, e nós demandamos bastante reunião lá, nos coloca que não tem RH suficiente para cumprir também com seu papel de mantenedora, ou seja, um empurra para o outro. As empresas terceirizadas empurram para a mantenedora, a mantenedora empurra para as terceirizadas, a Câmara de Vereadores não fiscaliza, os conselhos estão sendo desmontados, atacados, e quem vem pagando por tudo isso é o povo. Então, quando a gente coloca o debate de democracia não é um debate de democracia em abstrato, a

gente precisa de instituições que funcionem. E o conselho, hoje, não está conseguindo cumprir 100% do seu papel de órgão fiscalizador e elaborador de política pública porque ele vem passando por um desmonte. E simplesmente jogar essa experiência, que foi construída pelos trabalhadores, pela comunidade, no lixo, vai dificultar ainda mais a prestação do serviço, tanto por parte da Prefeitura, tanto por parte das conveniadas, porque boa parte da nossa educação já está toda terceirizada, já está toda picotada. São centenas de contratos que não estão sendo cumpridos e também não estão sendo fiscalizados. Então, é o tamanho desse buraco que nós estamos falando. Faltam hoje instituições que deem conta de acompanhar o dia a dia das creches, das escolas da rede do Município, dos contratos que estão sendo prestados, e os conselhos têm o dever de cumprir essa função. E nós temos o dever de fortalecer os conselhos. Porque nós temos que admitir que, enquanto Câmara de Vereadores, nós não temos condições de fiscalizar tudo isso, Ver^a Mari Pimentel, que está concordando com a cabeça. Então, nesse sentido, a gente precisa duma política que combata esse desmonte, que combata a falta de participação política de estudante, de trabalhadores terceirizados, de professores, ou seja, que dê mais poderes para essas representações, esses segmentos, que consigam operar a política pública e não o oposto daquilo está sendo proposto. Parece que a gente vê o problema, a gente identifica a causa do problema, mas parece que a gente está trabalhando para aprofundar o problema, não para pensar medidas estruturais a médio prazo, para corroborar com a execução daquilo que é direito. Peço a atenção dos vereadores nesse sentido.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 036/21. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, público que nos acompanha pela TVCâmara; obrigada, Presidenta Mônica Leal; reforço a importante fala da oposição ao dizer da democracia, da participação da sociedade civil, mas não é o que vemos atualmente na composição do Conselho Municipal de Educação. Hoje o conselho é composto, principalmente, por sindicato de professores, e, como vocês sabem, eu estou no dia a dia da educação, eu falo com as escolas, eu falo com pais, falo com mães e sei o quanto isso impacta no serviço da nossa educação, na qualidade da nossa educação. Hoje, por exemplo, eu trago aspectos básicos que mudam se o seu filho de cinco anos está na rede estadual, ou seja, está numa escola, ou está numa creche, que é regida pela lei municipal do nosso município. Por exemplo, se ele tiver aula com uma professora formada em letras, ele não pode, precisa ser formada em pedagogia. Nós temos uma situação que, se o seu filho quer fazer aula de judô no contraturno, não pode, porque nós temos regras do Conselho Municipal de Educação.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos aqui a presidente do Conselho Municipal de Educação gritando. Eu gostaria de terminar a minha fala, para reforçar que hoje mais de 4 mil profissionais de educação física não atendem mais às nossas creches devido a uma regra do Conselho Municipal de Educação, que coloca que, no contraturno escolar, ou seja, quando seu filho quiser fazer aula de judô, ele não pode; sua filha quer fazer aula de balé, de inglês, isso não pode ser feito devido às regras do Conselho Municipal de Educação. Mas...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Então vamos colocar uma justificativa do conselho informando as escolas. Temos aqui o conselho se manifestando, e gostaria de reforçar pais e mães que não sabem o quanto impede, no dia a dia, a educação. Hoje apenas 1/3 das escolas do nosso Município que são creches, ou seja, escolas de educação infantil, estão cadastradas no Conselho Municipal de Educação, porque nós temos tantas regras que não conseguimos atender. Hoje, crianças de 5 e 6 anos não podem ter na sala de aula cadeiras e mesas, porque o Conselho Municipal de Educação solicita que não tenham cadeiras e mesas, em compensação, se você está numa escola como o Anchieta, o Rosário, como os filhos da nossa representante Pais e Mães pela Educação, que estão na escola da rede privada, regida pela lei estadual, eles podem ter acesso a cadeiras e mesas já no Jardim A e no Jardim B. Isso não acontece com o seu filho, que está hoje numa escola regida pela lei municipal. Esse é o dia a dia que os pais e mães não sabem, o quanto o Conselho Municipal aqui do nosso Município atrapalha educação. Você, empreendedor que gostaria de abrir uma escola de educação infantil no nosso Município, não pode, só se for formado em pedagogia, porque, mesmo tendo uma coordenadora pedagógica, você não pode ser o diretor de uma escola municipal. São essas as regras que atrapalham o cotidiano da educação municipal. E reforço, considero importante termos professores também, mas não só professores, precisamos ter a rede privada com essas mantenedoras, precisamos ter pais e mães participando do debate. Reforço, aqui, que coloquei uma emenda ampliando a participação de pais e mães, ampliando também a participação da rede privada, que paga o custo ao ter só 1/3 cadastrada. Reforço: a escola da minha filha existe há mais de 20 anos e não está cada no Conselho Municipal de Educação, mas eu sou uma mãe que toma decisão pelos meus filhos, e a minha filha está nessa escola. E o Conselho Municipal, que não fiscaliza as escolas – ano passado estive em mais de cem escolas, e eu sou apenas uma vereadora –, onde está sua presidente? Está aqui, na Câmara de Vereadores, trabalhando em um gabinete, e isso eu já denunciei ao prefeito Sebastião Melo e à Secretaria de Educação. Diferente de estar dentro do seu trabalho, na SMED, representando o Conselho Municipal de Educação, visitando as escolas, cadastrando e fazendo política pública para a educação, está aqui dentro da Câmara de Vereadores, defendendo gabinete de uma única vereadora. Com

isso termino a minha fala, e gostaria de parabenizar o governo por fazer essa alteração na composição do conselho.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 036/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADA a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 036/21.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Laura Sito, a Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 036/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.)

Sr. Presidente, 21 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADA a Subemenda nº 01 ao PLCE nº 036/21. Fica prejudicada a Emenda nº 01.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um reparo, Sr. Presidente, o Ver. Giovane Byl havia manifestado a intenção, acabou não sendo computada porque chegou depois, mas manifestou a intenção de votar favoravelmente à Mensagem Retificativa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro. Em votação o PLCE nº 036/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de votação do PLCE nº 036/21, já que a votação foi simbólica.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Defiro seu pedido. Em verificação de votação, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 036/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.)

Sr. Presidente, 22 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLCE nº 036/21.

Esta presidência faz um requerimento solicitando o adiamento de discussão do PLCL nº 003/22, por duas sessões. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando o adiamento da discussão do PLCE nº 026/21, por duas sessões. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Ver. Idenir Cecchim, que preside a Casa e os trabalhos, vereadores, vereadoras e público que nos dá a honra da presença nas galerias e que nos assiste pela TVCâmara. Quando fiz esse requerimento, comuniquei a sua Exa., Ver. Claudio Janta, líder do governo na Câmara Municipal, que nós tínhamos a presença ilustre de integrantes do Conselho Municipal da Saúde e do Conselho Estadual da Saúde debatendo. Nós temos, em relação a esse projeto, formas de alterá-lo, considerando, inclusive, meu amigo Terres, o que foi apresentado em 2016; nós teremos, praticamente, o mesmo projeto que o governo – que tinha na sua composição, como vice-prefeito, o atual prefeito Sebastião Melo – encaminhou para Casa. Esse substitutivo veio por meio do Ver. Terres que, quando assumiu na Casa, logo o colocou para apreciação legislativa. Pois bem, o que temos agora é uma necessidade de negociação. Por isso, querida Inara Ruas, que representa o Conselho Estadual e que é minha irmã, com muito orgulho para mim, nós gostaríamos de um período de conversa. O nosso requerimento, neste momento, é para isso: para uma negociação. Nós não estamos querendo convencer o governo e seus representantes na Casa de que o nosso projeto, representado pelo substitutivo Terres, seja inteiramente aceito. Não é isso! É uma conversa para que nós tenhamos alguns dados melhor esclarecidos. Por exemplo, a representação no Conselho Municipal de Saúde historicamente é paritária, tinha 86 membros, com uma proporcionalidade que dava aos usuários uma fatia justa, aos trabalhadores da saúde também e ao próprio governo igualmente. No atual projeto, que não é igual – não é igual! –, e aqui eu abro um parêntese para dizer algo, Terres, que é o seguinte: não é igual ao projeto de 16, o que é igual àquele projeto é o substitutivo do Ver. Terres. E, em não sendo igual, não vale o argumento de que está há anos para ser votado. Ora, há anos para ser votado, João Ezequiel, estaria o substitutivo do Terres e não o projeto do governo, que é novo e destruidor. Com todo o respeito, ele é novo e destruidor, ele é muito negativo para a saúde. E não apenas na questão da representatividade, que já seria muito, mas um conselho que historicamente é deliberativo passa a ser meramente consultivo, isso é acabar com o conselho. É disso que falamos. Há que haver uma negociação. Mantendo o conselho como deliberativo, talvez se consiga mudar a representação, como quer o governo, mas o governo quer acabar com a paridade como havia e ainda tirar o caráter deliberativo, que é o mais importante em qualquer conselho. É o mais importante! Um conselho meramente consultivo sequer justifica a sua existência, Ver. Robaina. Como é que um conselho historicamente deliberativo, portanto que decide, vira consultivo? Não é mais nada.

Então, temos que ter, e por isso encaminhamos favoravelmente – por óbvio – o requerimento de adiamento, não é para convencer a base do governo, não é nossa pretensão votar contra o projeto do Executivo. Não! Eu acho que podemos chegar num meio termo, por isso o adiamento é tão necessário. Esse meio termo, baseado no bom senso, baseado na história do Conselho, baseado nas necessidades de saúde da população da capital, pode ser alcançado, sim, repito, com grau de razoabilidade, nos próximos dias, mas precisaríamos desse adiamento. Por isso o requerimento, por isso insistimos com os vereadores e vereadoras, mesmo que tenham uma ideia formada de votar com o governo, mas que nos deem esse tempo, nos deem pelo menos uma sessão de adiamento, e nesse sentido nós podemos consensuar, talvez em pontos importantes e significativos, Presidente, e aqui concluo, para que possamos ter para Porto Alegre, com parte da visão do governo, parte da visão do conselho, adiada a votação de hoje, e aí sim, uma deliberação da Câmara Municipal que seja razoável e evolutiva para a capital do Rio Grande do Sul no que tange à saúde. Votamos, portanto, e encaminhamos favoravelmente ao adiamento por pelo menos uma sessão. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, de modo especial os trabalhadores da Saúde, os dirigentes do Conselho Municipal de Saúde e a todos os cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão. O Requerimento do nobre colega Pedro Ruas tem um cunho muito democrático, e deveria o governo reconhecer isso pelo fato de que nós estamos tratando de um conselho que tem a atribuição de ter a livre prerrogativa de se manifestar em relação à gestão do Município de Porto Alegre, mais especificamente na área da saúde. Este conselho, nós fizemos uma homenagem inclusive no início deste ano, de 30 anos de existência, muito aplaudido pelos colegas vereadores e vereadoras. Mas olha a contradição: na medida em que ele tem 30 anos de total autonomia, liberdade e auto manifestação, agora o próprio governo atual tenta tirar a prerrogativa dessa autonomia, à medida que ele reduz a representatividade e tira o caráter principal do conselho de ser deliberativo e não consultivo. Então, vejam os senhores e as senhoras que estão nos acompanhando nesta sessão da Câmara e que estão aqui presentes, Ver. Robaina, esses governos considerados capitalistas, muitos deles hoje contra a democracia, infelizmente não querem que o controle social se manifeste, criam um mecanismo de gestão para si, para eles, reúnem um grupo seletivo de seus representantes, e querem que a população fique calada. É esta grande função desses governos capitalistas, simplesmente, quanto mais eles tentam enxugar, tirar a representatividade, mais indignada fica a população, por que este conselho, colegas vereadores e vereadoras, foi quem denunciou as falcaturas do

pronto atendimento lá da Bom Jesus, lá da Lomba do Pinheiro, de uma empresa falcatrua, paulista, que veio a Porto Alegre para poder atender a população, deixando as pessoas 12 horas na fila. Esse conselho, aquele que denúncia no Ministério Público as falcatruas de outras ações, como, por exemplo, na Atenção Básica, quando tinha uma empresa chamada Sollus, que além de dar um enorme golpe na gestão Municipal, teve que devolver R\$ 12 milhões, por uma ação movida pelo Conselho Municipal de Saúde. O governo atual tem receio de que esta autonomia continue, e que ele pode ser embretado de algo, estou dizendo que pode estar escondido na gestão Municipal. Nós queremos, sim, ter autonomia, como tem a Câmara. Mas os conselhos também, para que possibilitem a livre iniciativa de poder discutir e, ao mesmo tempo, deliberar. E essa mudança não passou conselho, disse se o nosso querido colega, Ver. Terres, lá em novembro 2021, pelo próprio plenário do conselho. Mas olha o que o governo faz, pula a cerca, ou pula muro e diz: Vou mandar para Câmara, para que ela definir, numa situação em que o governo tem ampla maioria, folgada, para poder nem falar. Vocês conseguem visualizar, colegas vereadores e vereadoras, que estão na base do governo, para dizer que esse projeto é importante? Não, não falam, não falam. Lembrem-se da época que nós, da Frente Popular, vínhamos aqui e justificávamos o quanto era importante os projetos de governo? É diferente nestes governos capitalistas. Eles se escondem, e na hora de votar simplesmente passam o rolo compressor, lamentavelmente. Nós estamos fazendo uma simples solicitação, um pedido de adiamento, porque o próprio secretário, Mônica Leal, o próprio secretário Sparta, garantiu, na audiência pública, que era preciso fazer uma mudança, principalmente na questão de consultivo para deliberativo, mas o governo está mudo, o governo não fala. Nós queremos dialogar com vocês. Falo aqui em nome da oposição, como líder da oposição, nós queremos sentar à mesa, nós não estamos pedindo nada de extraordinário, apenas que os senhores e as senhoras ouçam o controle social. Esta que é a verdade. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Em um período em que nós deveríamos estar debatendo a participação cada vez maior da nossa população, nós estamos aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre retirando a participação popular dos conselhos. Isto está sendo feito com a educação, com a saúde, com a cultura. E a quem interessa a redução do controle popular sobre as políticas públicas implementadas pela Prefeitura de Porto Alegre? Nós temos que ter controle e participação cada vez mais ampliados. Toda vez que nós retiramos a participação da nossa população das decisões, nós sabemos exatamente o que acontece: aumento da corrupção, perversidade nas políticas implementadas, péssimo atendimento... O Postão da Bom Jesus não tem pediatra, o atendimento demora, a terceirização irrestrita faz mal para os contratados das

terceirizadas e para a população que não tem um atendimento adequado. A quem interessa? A quem interessa o silenciamento da participação da população de Porto Alegre? A um pequeno grupo, restrito, que é aquele grupo que geralmente faz um contrato com a Prefeitura, não cumpre o seu contrato, não paga os seus contratados e não presta um serviço adequado para a nossa população. Essa é a verdade nua e crua. Não por acaso, tivemos uma morte, uma triste morte dentro do Postão da Bom Jesus, uma idosa, numa maca, caiu, teve um traumatismo craniano e veio a óbito. Com certeza, o problema que a levou até o posto da Bom Jesus era infinitamente menor do que o resultado que aconteceu, ou o risco desse resultado, mas esse é o reflexo da terceirização irrestrita que faz os trabalhadores e trabalhadoras realizarem jornadas ininterruptas de trabalho sem equipamento, sem condições, sem treinamento, sem dinheiro. Quantas vezes, a gente não recebe informações de terceirizados que estão há dois, três meses sem receber o seu salário, que têm que ter vaquinhas, às vezes, daqueles concursados ainda para sustentar essas pessoas que não podem nem se revoltar contra isso porque senão ficam sem qualquer tipo de assistência. Esse é o processo de escravização dos trabalhadores e trabalhadoras, de precarização e de morte, que está sendo imposta na cidade de Porto Alegre, pela prefeitura do Sebastião Melo. E esse desmantelamento dos conselhos é a prova disso. Na cultura, hoje nós não temos investimentos; nos fundos, nós não temos participação do sindicato, não temos participação dos artistas, dos técnicos. Simplesmente as políticas vão sendo implementadas sempre favorecendo os agentes privados. Não por acaso, Porto Alegre hoje é chamada de “Melnickestão”, tudo vira prédio da Melnick. Daqui a pouco vão fechar os UBSs, as UPAs e vão subir lá um espigão, um arranha-céu, e a população que se vire.

Não tem ônibus, não tem posto de saúde, não tem UPA, não tem escola, simplesmente devem apertar na urna agora, no dia 2 de outubro, os candidatos que representam o projeto, que aqui está posto, porque esses são os responsáveis por uma cidade mais moderna, por uma cidade mais dinâmica, mas que não absorve e que não abraça a sua população, principalmente a população que mais precisa dos serviços públicos e que não tem condições de se deslocar nem de ter um atendimento de qualidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Ver. Cecchim, comandando os trabalhos; boa tarde aos trabalhadores e aos participantes do Conselho Municipal de Saúde e do de Educação. Eu comecei a minha militância ali na Vila Cruzeiro, no Conselho Distrital de Saúde, o Waldir Bohn Gass ainda está aí, meu parceiro de tantas lutas, quando íamos nas reuniões para que a gente pudesse juntos

melhorar a qualidade no atendimento ali do Postão da Cruzeiro. Aquele espaço já foi um grande espaço de atendimento em saúde, me lembro que lá no Postão da Cruzeiro, antigamente, tinha inclusive pequenas cirurgias, se faziam cirurgias de baixo impacto; e, hoje, olhar para o Postão da Cruzeiro é muito triste, porque o que a gente vê – não é, Letícia? – é o investimento em saúde sendo jogado para a iniciativa privada enquanto aquele baita patrimônio público está ali se deteriorando, e ainda dizem que é culpa do trabalhador e da trabalhadora que não presta um bom atendimento. Eu me lembro quando, nas reuniões, ouvia a Saraí, uma grande militante da saúde, e ela dizia que se nós não fôssemos defender a saúde, daqui a pouquinho ia estar acontecendo o que está acontecendo agora, nós íamos estar vendo a nossa rede municipal de saúde se deteriorando, mas nem nas nossas piores projeções nós imaginávamos que esse provedor da destruição da rede de saúde seria o prefeito Melo. Fico muito triste; muito triste, porque, quando fui presidenta da UAMPA, inclusive que tinha assento no Conselho Municipal de Saúde, o Melo era vice-prefeito e sempre nos atendeu, sempre tivemos um bom diálogo. Mas é inadmissível o que prefeito Melo tem feito com a cidade. Eu vi uma propaganda esses dias e tive a sensação de que eu estava em outra cidade, e não em Porto Alegre. Aquela cidade da propaganda é uma cidade em que muito pouco circulam, uma cidade com ruas, Ver. Cassiá, muito bem asfaltadas. Provavelmente, muitos de vocês não foram lá para a Ponta Grossa no final de semana. Eu participei da carreta lá da Ponta Grossa, e é muito triste ver o trabalhador, a trabalhadora que compra um carro com muito esforço e vê a suspensão destruída pelos buracos. “Aquele trabalhador não paga imposto”; paga, sim. O Seu Pedro me mostrou um carnê, uma sacola deste tamanho, Ver. Ruas, de IPTU. Ele disse que se ele tivesse juntado todo tempo que ele paga de IPTU, quem sabe ele mesmo já poderia ter dado conta do asfaltamento da rua. Inclusive, algumas ruas já no gravamento estão como pavimentadas, como urbanizadas. Nós precisamos ter a capacidade de fiscalizar isso. Foi falado aqui do Conselho Municipal de Educação. Eu queria pedir para a Ver.^a Mariana Pimentel muito respeito, muito respeito, porque essas trabalhadoras da educação que constroem o Conselho Municipal de Educação já fizeram pela cidade muito mais que ela, e disso eu tenho certeza, porque acompanho há muito tempo. Então mais respeito quando a gente ataca trabalhadores e trabalhadoras que têm total autonomia para vir fazer parte das nossas assessorias, porque, como o desmonte está acontecendo, é óbvio que tem que se agarrar em quem luta. Provavelmente, a Ver.^a Mariana não conhece, ela faz política há muito pouco tempo e tem uma visão distorcida da política, eu acredito.

Então queria convidar a Ver.^a Mariana a conhecer a nossa rede municipal de educação, não só a rede privada de educação. Quero aqui encaminhar também para que a gente possa ter mais tempo para debater. A destruição do Conselho Municipal de Saúde é fazer com que Porto Alegre acabe com a Atenção Básica, faz com que a saúde fique pior do que já está, e pode ficar – às vezes, a gente acha que não pode piorar, mas sempre pode. Essa é mais uma forma de enfraquecer a nossa cidade, enfraquecer a nossa saúde. Encaminho aqui, Ver. Ruas, Ver. Oliboni, Ver. Cecchim, que tu sejas

sensível também e intercedas; Ver. Janta, que é um defensor da saúde – pelo menos era –, acho que racha com a saúde se não atender a esse pedido. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h55min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) às 17h: Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Alexandre Bobadra, cuja manifestação foi interrompida por problemas técnicos da saída do Zoom para o plenário, retoma seu tempo no encaminhamento da votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente; nesta tarde chuvosa de segunda-feira, vejo aqui temas importantes sendo discutidos no plenário da Câmara Municipal. Pela parte da manhã, participei da reunião de Mesa, às 11h, com V. Exa., Ver.^a Mônica, Ver.^a Mari Pimentel, discutindo as questões internas, questões administrativas da Câmara de Vereadores. No intervalo do meio-dia, pude acompanhar o Prefeito, com a fiscalização, na nova obra do Centro Histórico, o quadrilátero central ali, fazendo com que o centro fique trancado. E os moradores e comerciantes também têm dificuldade para transitar ali. Pedi que a EPTC tivesse mais flexibilidade no que tange à aplicação de multas e penalidades aos moradores do Centro Histórico. O importante é orientar, reeducar, pois estamos passando por uma situação *sui generis*, que é essa obra importante, que, momentaneamente, traz, sim, alguns transtornos para os moradores e comerciantes do Centro Histórico. Mas a médio e longo prazo vai ser muito importante para quem mora e para quem tem comércio no Centro Histórico. A função do vereador, Presidente, não é apenas apresentar projetos de leis, e, sim, fiscalizar os órgãos do Município, como a Guarda Municipal, as nossas escolas, os postos de saúde, o nosso trânsito, um buraco, um galho, enfim, o vereador de Porto Alegre é o primeiro braço do cidadão do Poder Executivo. Essa é a nossa função. E vejo que tem muitos vereadores aqui que trabalham e trabalham muito pela cidade, porque têm seus públicos. O político, em geral, tem setores da cidade, ou do Estado, tem segmentos. Eu, por exemplo, represento a segurança pública – e, de verdade, não segurança pública Nutella. Fiz diversas prisões

no Centro Histórico, que é o coração da cidade, o coração do Rio Grande, o qual tem que ser olhado com muito carinho pelo Poder Executivo Municipal. Hoje, estamos debatendo aqui a questão dos nossos conselhos, em geral, que são importantes, mas é temerário, pois muitas vezes os conselhos são utilizados com fins ideológicos. Nós entendemos, é do meu entendimento e do meu grupo, que nós temos que pensar na cidade como um todo, independente de questões ideológicas, ou seja, pensar nas pessoas, em um milhão e meio de pessoas que moram, em Porto Alegre e nas quase 12 milhões de pessoas que moram no Rio Grande, pensando nas pessoas, olhando para frente, dialogando, conversando com carinho, com amor, com dedicação, com diálogo. Os projetos que eu boto aqui não é porque é do fulano ou do beltrano, eu penso especificamente na cidade, se o projeto é bom, ou não. E eu vejo aqui, infelizmente, um discurso de ódio da esquerda ultraradical, uma combinação de vereadores da esquerda atacando vereadores da direita sem nexos nenhum. Nós temos que acabar com isso, nós temos que pensar nas pessoas que moram na nossa cidade, que contribuem, que pagam imposto, pensar nas nossas crianças que voltam do colégio, para que elas tenham segurança, pensar nas nossas filhas, nas nossas mães, nos idosos, não com violência, não para falar mal do fulano ou do sicrano, ou tratar através de *fake news*...

Vereador Aldacir Olinobi (PT): Presidente, o vereador tem que se deter sobre o projeto de lei, não sobre um discurso fora!

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): É por isso que nós temos que respeitar o outro parlamentar. Infelizmente, alguns vereadores não respeitam uns aos outros, é por isso que nós temos a comissão de ética, que é muito bem presidida por esta Casa. Por óbvio, eu gostaria de agradecer o carinho que eu tenho recebido pelas redes sociais pelo trabalho que eu venho realizando aqui, pela economia que eu faço aos cofres públicos. Eu quero dizer para vocês que eu tenho orgulho de ser vereador de Porto Alegre, e podem sempre contar comigo, porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de sua autoria. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1049/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 026/21, que reorganiza o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre (CMS/POA), e revoga a Lei Complementar nº 277, de 20 de maio de 1992; a Lei Complementar nº 287, de 8 de janeiro de 1993; o art. 8º da Lei Complementar nº 395 de 26 de dezembro de 1996; e os arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 660, de 7 de dezembro de 2010. (SEI 118.00308/2021-61)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e do Substitutivo nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto e do Substitutivo nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 01.

Observações:

- com Substitutivo nº 01, dos Vers. Aldacir Oliboni e Leonel Radde;
- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta (líder do Governo);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-06-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLCE nº 026/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA LAURA SITO (PT): De fato, o Ver. Bobadra tem razão; estamos diante de uma situação *sui generis*; é *sui generis* que alguém como ele seja vereador desta Casa; é *sui generis*, às 17h:0min, debater um tema tão importante. Eu estive nesta tribuna, questionei o governo se viria aqui alguém para defender do ponto de vista da sua concepção, por que destruir com o controle social, e o que eles enviam é aquele cidadão, para vir aqui falar nada! Veja bem, esse é um debate muito importante; nós estamos aqui debatendo a destruição do controle social, diante de um cenário de destruição da saúde pública na cidade, com o avanço das terceirizações, com a desqualificação da estrutura do serviço público ofertado na cidade. Eu sou uma vereadora que acompanha todas as regiões de Porto Alegre, acompanho as unidade de saúde, acompanho o PACS, eu acompanho a saúde na cidade, eu compreendo o que está

sendo aqui sendo executado na gestão Sebastião Melo, que dá continuidade a um projeto de gestão, a uma visão de concepção da saúde, que atravessa governo Fogaça, governo Fortunati, governo Marchezan, governo Melo, a uma mesma visão de destruição da saúde pública, de avanço nas terceirizações, de destruição da Atenção Básica – é isso que estamos colocando aqui. Portanto, destruir o controle social é uma visão estratégica de enfraquecimento do SUS, é isso que está posto aqui. Nós não estamos falando somente porque os conselhos distritais, o Conselho Municipal agregam e são ativos, funcionam porque agregam a comunidade de ir ali, debate e acompanhar as políticas de saúde no nosso Município, e a elaborar sobre elas, propor para a gestão, uma gestão que abdica do controle social sobre o Sistema Único de Saúde, é porque quer enfrentar e destruir o Sistema Único de Saúde, porque visa, na sua essência, à participação, ao controle, é a alma do Sistema Único de Saúde, do SUS. Quem enfrenta isso, quem quer enfraquecer isso, quem destruir o Sistema Único de Saúde, algo que foi garantido na abertura democrática do Brasil, na nossa Constituição, é sobre isso que estamos falando aqui. O governo colocar aqui um cidadão como esse para vir aqui debochar do conselho, tem diversos conselheiros e conselheiras aqui acompanhando o debate que é fundamental para a cidade. É um deboche! Nós temos que fazer um debate sério. O meu amigo, companheiro Alberto Terres, quando esteve aqui compondo a nossa bancada, elaborou, junto com o conselho, um substitutivo, no sentido de contribuir com o debate para garantir o pleno funcionamento do conselho, na sua essência, que é a garantia do controle social, a garantia da sua autonomia para encaminhar posições, a garantia da maioria da participação da sociedade civil, é sobre isso que estamos falando aqui. Infelizmente, mais uma vez, nós estamos diante de um debate onde a Câmara serve como um cartório, só chancela aquilo que vem do Executivo. Não há reflexão. O vereador que me antecedeu nesta tribuna é a materialização, a prova da cefalia que se instala sobre os debates que são estruturantes, sobre temas que são estratégicos. O governo não é sério quando faz o debate da forma que está posto sobre o tema que é tão importante, sabe por quê? Porque vê o povo; porque vê, como foi dito aqui para uma vereadora que esteve aqui nesta tribuna, os sindicatos; porque vê os trabalhadores como adversário político, isso é um equívoco, porque inclusive é do ambiente da democracia, do ambiente democrático uma gestão que é para todos os porto-alegrenses e as porto-alegrenses debater com a sociedade, debater com o conjunto daqueles que estão organizados e organizadas, com os usuários. Portanto, quero aqui deixar muito nítido que quem vota pela destruição do controle social ataca o Sistema Único de Saúde, aquele sistema que se mostrou, durante esse período da pandemia que nós vivemos, como fundante para enfrentar uma das maiores pandemias que a sociedade na modernidade já vivenciou. Portanto, eu aqui retifico a nossa posição, do Partido dos Trabalhadores, pela manutenção e fortalecimento do controle social, e chamo o conjunto dos colegas vereadores e vereadoras a debater, a discutir e não somente a chancelar aquilo que vem do governo, de uma forma completamente imoral, na minha compreensão, visto a vocação desse espaço do Parlamento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Idenir Cecchim, que preside a Casa e os trabalhos; vereadoras e vereadores; público que nos assiste; telespectadores da TVCâmara, nós falamos antes sobre a necessidade do adiamento dessa votação. Eu não entendo, Ver. Oliboni, Ver. Robaina, por que o governo não conversou conosco, não permitiu esse adiamento. O que mudaria, como estratégia governamental, passar de hoje para quarta-feira? Nada, a maioria do governo é a mesma, os votos são os mesmos, a implantação vai estar no mesmo tempo, mas não, o governo faz questão absoluta de votar hoje. Isso nos deixa sem alternativa, a não ser combater duramente o projeto, a não ser buscar outros espaços, talvez, na própria Justiça. É importante que o Conselho Municipal e o Estadual pensem em buscar outros espaços, porque nós aqui temos um limite numérico, temos um limite de atuação em termos de votação, que é dado pela realidade da correlação de forças da Casa. De fato, a oposição tem minoria, e, aparentemente, com a ajuda preciosa do Ver. Ferronato, a quem eu agradeço, que é um vereador independente, mas além da oposição, só V. Exa.. Então nós temos muita dificuldade nesse sentido e esse projeto, particularmente, eu quero repetir, Terres, porque tu tens um grande substitutivo, é um projeto muito ruim para a sociedade porto-alegrense, é muito negativo, exatamente numa área tão sensível, tão importante, literalmente vital como é a saúde, literalmente vital. Isso acaba com a capacidade, com a prerrogativa deliberativa do Conselho para buscar, na outra ponta, transformá-lo apenas em um órgão consultivo. Ou seja, o que o governo disser ou não disser não vai ter nenhuma importância. É uma maneira de extinção do Conselho sem fazer acintosamente; na verdade, é isso. Porque, quando tira o caráter deliberativo, depois vai além, porque vai mexer lá na proporcionalidade. Mas quando tira o caráter deliberativo é o fim do Conselho. O Conselho pode ter 500 pessoas, se for meramente consultivo não adianta. E pode ter três e ser deliberativo, faz diferença. Então o governo começa na pior parte, ele começa mexendo no caráter, na função, na existência, na razão de ser do conselho: passa de deliberativo para consultivo. Isso é um desastre. Depois, vai atuar, não contente ainda, mudando a representação de usuários, trabalhadores e representantes do governo. Inacreditável. Temos de deixar isso bem claro, temos de registrar, porque fica nos anais da Casa: o projeto anterior, o de 2016, reproduzido pelo substitutivo do Ver. Terres, era o projeto do governo, aquele era o projeto do governo, não era da oposição. Aquele projeto era do governo, Ver. João Bosco Vaz, quero homenageá-lo, é a primeira vez que falo em V. Exa. depois da sua chegada aqui nessa Casa. O Ver. João Bosco Vaz é um ilustre amigo de muitos anos. Peço um parêntese para dizer que aquele projeto era de governo; aquele projeto foi debatido, foi construído e tinha, sim, uma intenção do governo em atuar mais, ele próprio, com outra paridade, mas não era um projeto destruidor, arrasador, como este projeto. Aquele projeto tinha apoio do então vice-prefeito Sebastião Melo, e é incrível isso, que é o mesmo elaborador deste atual projeto, desse desastre, desse horror que é o projeto que nós vamos votar agora. Por isso, na discussão, fica aqui nossa posição, prezado João

Ezequiel: nós somos, absolutamente, contrários a este projeto, não por que é do governo, mas por que ele destrói, completamente, o Conselho Municipal da Saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Senhoras e senhores vereadores, eu quero agradecer a gentileza do Ver. Leonel Radde, que me permitiu falar agora. Gostaria de trazer um abraço a todas e todos que estão conosco e, especialmente, àqueles que estão aqui acompanhando, de perto, a situação e a questão de como se vota relativamente a esta proposta de alteração dos conselhos aqui da cidade de Porto Alegre. Eu fui, durante mais de três anos, o presidente da comissão especial que tratou da defesa dos nossos conselhos aqui no Município, e nós tivemos, nesse período, um número extraordinariamente grande de reuniões, e as reuniões que fizemos sempre, todas elas, com na casa cheia de defensores dos conselhos. E a proposta que nós estamos discutindo agora, ela veio do governo anterior, mas modificada, Ver. Bosco; ainda lá do governo Marchezan. E, à época, se apresentou um substitutivo, e quem apresentou o substitutivo foi o estimado amigo Terres, então vereador, e na verdade havia uma inclinação na direção da aceitação daquele substantivo, sempre houve. E nas discussões que nós travamos aqui, uma das últimas definições que nós tomamos foi marcar uma reunião, agendar um encontro com o prefeito Melo para tratar das propostas alternativas que os nossos conselheiros e conselheiras queriam apresentar para o governo. E à época nós encaminhamos, e o prefeito aceitou no sentido de que houvessem discussões sobre o tema, para apresentar uma proposta diferente daquelas que está aqui estavam. E, lamentavelmente, muito pouco se avançou. Com relação à questão do deliberativo, ao invés de pura e simplesmente consultivo, eu participei da audiência pública quando o secretário Mauro Sparta disse que jamais teria a intenção de colocar esse projeto como sendo transformar o conselho em apenas consultivo. Nada avançou. Muito bem, com relação àquelas alterações que se estão sendo propostas na composição do conselho também nada se conquistou. Para mim, que fui, repito, durante muitos anos o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos – e vejo o Kalil, um dos grandes lutadores do tema –, não cabe outra decisão senão votar a favor do substitutivo e contra o projeto original. (Palmas.) Porque eu acredito – e aqui estou há muitos anos – que projetos, quando têm discussão muito intensa, é preciso buscar uma negociação para chegar a um denominador que alcance o governo e a parte interessada, e isto não avançou; portanto estamos aí para registrar o meu voto contrário ao projeto, por uma questão de consciência. Um abraço a todos e obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Temos tentado de todas as formas sensibilizar a Prefeitura e a base governista para a necessidade de alterar esse comportamento e essa decisão de votar favorável a essa alteração no Conselho Municipal de Saúde. Já fizemos isso em relação ao Conselho de Educação, mas parece que existe uma determinação de retirar a participação da população dos conselhos. Eu recordo que, no ano passado, aqui nesta Casa nós fizemos um debate muito duro sobre a privatização da Carris, fizemos um debate muito duro sobre a retirada dos cobradores e cobradoras do transporte público da capital, e fomos derrotados em absolutamente todas as votações; em todas as votações tivemos derrotas, assim como na reforma da Previdência dos municipais e municipais. E o pior: num momento em que nós estamos passando ainda pela pandemia, num momento de distanciamento da população das decisões e dos debates na Câmara Municipal de Porto Alegre. Isso ocorreu de forma ainda mais evidente no ano passado, em que boa parte das sessões era virtual, ou seja, ficava ainda pior. Mas mesmo nesse momento em que esses projetos vêm até a Câmara, nós sabemos que a população não pode ser mobilizada, não está mobilizada e que temos ainda essa realidade. E agora o que querem é simplesmente afastar ainda mais a população dos espaços decisórios junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Eu imagino que, sendo governo, o interesse maior seja a participação de uma quantidade cada vez maior de pessoas nas decisões de um governo. Isso demonstra força política; isso demonstra democracia; isso demonstra o compromisso com as pautas populares e com a nossa população. Mas, infelizmente, tudo indica que o objetivo do prefeito Sebastião Melo é se encastelar dentro da Prefeitura, dentro das suas secretarias e daqueles grupos mais próximos, que talvez tenham interesses econômicos nos objetivos que estão postos por parte da Prefeitura, e faz essa proposta aqui na nossa Casa. Me desonra ter que falar isso e ter que votar esse projeto, que sabendo que muito provavelmente, no ritmo que as coisas estão, seremos novamente derrotados. E a população tem que saber disso, saber dessa realidade, porque muitas vezes a gente é cobrado nas redes sociais ou na rua ou quando somos abordados no supermercado, e dizem: “Vocês têm que fazer algo, não pode deixar passar, isso não pode estar acontecendo!” Eu digo, eu concordo, eu concordo, não é possível que a gente aceite essa situação que está sendo posta nossa cidade. A falta da participação da nossa população nas decisões, mas nós somos dez. Às vezes conseguimos chegar aqui, a pau e corda, a 13 votos, é o máximo que nós conseguimos, em situações extraordinárias. De resto, a prefeitura tem a quantidade de votos necessária para fazer aprovação, basicamente, de tudo que eles quiserem. Então a população de Porto Alegre tem que se mobilizar, tem que tensionar, tem que fazer a sua crítica em todos os espaços e tem que saber votar também. Porque o voto errado faz com que tenhamos votações como estas aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre e que retirem o povo das decisões da nossa capital. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudando o nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa seção; continuando a debater o projeto de lei do governo, para o qual foi feito um substantivo, e o que está em discussão neste momento é o substantivo. O substantivo, suplente de vereador Terres, que está aqui acompanhando, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, foi apresentado na ocasião em que nós, no revezamento da bancada, vários vereadores suplentes nossos assumiram, e foi naquela ocasião em que este projeto do governo municipal chegou aqui. Muito bem colocado naquela ocasião, o substitutivo recupera um projeto de lei que foi apresentado e discutido no governo Fortunati, em que o Melo era vice-prefeito. Naquela ocasião, havia um acordo entre o governo daquela época e o conselho que dizia para que se colocasse em votação o projeto de lei, que é hoje o substantivo - que é hoje o substantivo! Por que que o governo mudou? O que que o governo está mudando, cidadão e cidadã que está nos acompanhando, trabalhadores e trabalhadoras que estão nos acompanhando, profissionais da saúde que estão aqui presentes? O governo reduz de 50 para 42 os membros dos conselhos; de 50 membros para 42. Dos 50, 25 são dos trabalhadores e 25 são do governo e das entidades prestadoras de serviços. O governo retira um percentual dos trabalhadores, reduz para 16%, e aumenta significativamente o número de participantes dos prestadores. Quem são os pensadores? Quem dialoga com os trabalhadores? Os senhores me desculpem. Não! Geralmente os prestadores votam com o governo. Portanto não se tem aqui a dita paridade, representatividade reconhecida. Este projeto é inconstitucional porque, além do Sistema Único de Saúde, o SUS, preconiza exatamente essa representação de igualdade, de paridade, em que nós precisamos discutir de igual para igual com o governo e com os prestadores. Isso não está sendo respeitado. Nós estamos discutindo aqui uma tarde toda para, logo ali na frente, os órgãos de controle derrubarem essa iniciativa radicalizada pelo atual governo e que não representa um processo democrático dentro da gestão que o governo diz ser democrática. Os senhores concordam com isso? E mais do que isso: os representantes dos servidores não poderão mais serem eleitos por assembleia dos servidores. Sabem quem elege ou indica? O governo. O governo passa, como falei antes, o rolo compressor na representatividade e na forma democrática de eleger seus verdadeiros representantes. Nós estamos num governo que infelizmente disse algo na campanha e agora reproduzir os completamente o contrário. E não é só aqui, está nas nossas reclamações dentro da COSMAM sobre os problemas que enfrentamos no dia a dia, principalmente como eu disse antes, empresas falctruas controlando o Sistema Único de Saúde em Porto Alegre, e é pago, como prestador, sem controlar o número de serviços feitos, porque, na verdade, o governo paga, quando terceirizada ou privatizada, por produção. Enquanto no controle público, no centro do controle público, não há limitador de consulta, de procedimento, de atendimento e por isso o sistema é outro, a humanização é outra, mas esses governos não dialogam não só com representatividade, mas com a dignidade das pessoas. A

saúde não é mercadoria – a saúde não é mercadoria! – e não deve ser assim tratada! Por isso pedimos aqui que o governo se sensibilize; por favor, vamos conseguir ouvir um pouco, vamos tentar dizer que aquilo que o próprio governo, lá atrás, quando o prefeito atual era o vice-prefeito, discutiu com o Conselho, com a sociedade para ter uma representatividade adequada, vote agora no substitutivo que ele recupera, ele traz de volta aquilo que, na verdade, inclusive tinha sido protocolado na Câmara, mas que infelizmente não foi votado. Agora o governo mudou de opinião do dia para noite, é assim mesmo.

E nós, enquanto fiscais da sociedade, do serviço público, ficamos aqui a conversar com a parede, porque ninguém do governo fala sobre o projeto de lei, ninguém do governo explica por que mudou de opinião. Olha o que falou há pouco um colega que esteve aqui na tribuna: nada sobre o projeto de lei.

Lamentavelmente, o governo, nesse aspecto, está perdido, deslocado, inviabilizado ao tentar falar em democracia, porque acabou tirando a essencialidade da representante legal, por isso é óbvio que o Conselho Municipal de Saúde deverá judicializar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadores, gostaria de um tempo na sessão para conversar com as lideranças; por favor, se puderem se aproximar. (Pausa.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Presidente, solicito que o PLL nº 452/21 seja priorizado para ser apreciado na sessão ordinária prevista para a próxima quarta-feira.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Podemos incluir na pauta da próxima reunião da Mesa Diretora com o Colégio de Líderes.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Óbvio, por mim não tem problema.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então fica registrada a inclusão na reunião de líderes.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Presidente, peço que se mantenha a ordem de hoje para quarta-feira, sob pena de modificar os demais.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Manteremos a ordem de todas as votações do dia de hoje.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão, por problemas técnicos.

(Encerra-se a sessão às 17h43min.)

* * * * *